

A. I. N° - 269114.0921/06-3
AUTUADO - GOSPEL SOM E INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA.
AUTUANTE - CARLOS RAIMUNDO DA SILVA PEREIRA DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 04.04.07

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0068-02/07

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PARCELAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. DESISTÊNCIA DA DEFESA. Extingue-se o processo administrativo fiscal com a desistência da defesa e o pagamento do débito exigido. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 29/09/2006, para exigir o ICMS no valor de R\$ 15.091,25 em decorrência da falta de recolhimento do imposto por antecipação, na condição de empresa de pequeno porte referente à aquisição de mercadorias provenientes de fora do estado, sendo aplicada a multa de 50%.

O sujeito passivo, por seu representante legal, ingressou tempestivamente com manifestação, conforme documentos às fls. 75 a 76, informando o reconhecimento integral do débito e apresentando comprovação de que já havia requerido o parcelamento integral do débito, mediante requerimento formal, devidamente protocolado, conforme cópias de documentos anexados à sua defesa que confirmam a solicitação do parcelamento e a efetivação do pagamento, fls. 82 a 86.

VOTO

O autuado ao reconhecer o débito indicado no presente Auto de Infração, e efetuar o respectivo pagamento, desistiu da defesa apresentada, tornando-a ineficaz. Assim de acordo com o inciso I do artigo 156, do CTN, combinado com o inciso IV do artigo 122, do RPAF-BA/99, uma das formas de extinção do processo administrativo fiscal é com a desistência expressa da defesa ou do recurso, mediante o pagamento do débito.

Desta forma, considerando a desistência de defesa com o parcelamento do débito, fica prejudicada a citada defesa, impondo a extinção da exigência fiscal, nos termos dos citados dispositivos legais.

Voto pela EXTINÇÃO POR PAGAMENTO do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração n° 269114.0921/06-3, lavrado contra **GOSPEL SOM E INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA.**, devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação dos pagamentos já efetivados e acompanhamento do parcelamento do débito.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de março de 2007.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR